MPLA - Partido do Trabalho

A CÉLULA

ANO II Nº 16 DEZEMBRO DE 1980

ÍNDICE

Editorial 4

Constituição da Assembleia do Povo 5

Resoluções do I Congresso Extraordinário 8

Membros do Comité Central 16

Eleitos novos membros do Comité Central 20

Discurso de encerramento do Cda. Presidente 27

ARQUIVO PCP

CAMARADA PRESIDENTE
ANTÓNIO AGOSTINHO NETO

GLÓRIA IMORTAL AO GUIA DA REVOLUÇÃO ANGOLANA
FUNDADOR DA NAÇÃO
E DO MPLA-PARTIDO DO TRABALHO

EDITORIAL

O mês de Dezembro de 1980, caracterizou-se por uma intensa actividade dedicada à preparação do I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho.

Assim, realizaram-se várias reuniões desde as células às Conferências Municipais e Provinciais, onde os membros do Partido conscientes do seu papel, discutiram profundamente os documentos que permitiram a tomada de conhecimento dos problemas sócio-económicos existentes no país.

As propostas saídas destas reuniões contribuiram para o enriquecimento das decisões tomadas no I Congresso.

Outro aspecto importante a salientar foi o elevado sentido de responsabilidade e consciência revolucionária demonstrados pelos membros do Partido que, conseguiram com toda a rigorosidade seleccionar aqueles que à partida reuniam os requesitos para candidatos a membros do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho.

Realizado o I Congresso Extraordinário do Partido, todos os membros encontram-se hoje empenhados na materialização das orientações emanadas, pelo que se torna necessário que cada membro do Partido «seja em todo o momento, o detentor da verdade, o veículo mais responsável da informação verdadeira, do pensamento da Direcção e dos responsáveis, o mobilizador dos trabalhadores e das massas. Nunca o contrário! Não deve o militante do Partido ser permeável ao boato, à intriga, à calúnia, fomentados pela pequena-burguesia e pelos agentes do imperialismo para afastar a Direcção das bases e o Partido das Massas Populares.

A LUTA CONTINUA

A VITÓRIA É CERTA

CONSTITUIÇAO DA ASSEMBLEIA DO POVO

ASSEMBLEIA DO POVO

Em 11 de Novembro de 1980 teve lugar a constituição da Assembleia do Povo, como «o órgão supremo do poder do Estado na República Popular de Angola», que exprime a vontade soberana do Povo Angolano.

I. SISTEMA ELEITORAL

Pela primeira vez na nossa história, representantes dos trabalhadores de todo o País foram eleitos para o órgão máximo do Estado.

O sistema seguido para a eleição do Deputados à Assembleia do Povo foi o seguinte:

II. ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA DO POVO

As principais atribuições da Assembleia do Povo, nos termos do artigo 38.° da Lei Constitucional, são:

— Alterar a Lei Constitucional; Aprovar, modificar ou revogar as Leis;

— Aprovar o Plano Nacional e o Orçamento Geral do Estado;

— Conceder amnistias;

— Controlar os actos do Governo e dos demais órgãos do Estado;

— Revogar ou modificar as deliberações das Assembleias Populares dos escalões inferiores que violem a Lei Constitucional, as leis e demais disposições legais, ou que sejam contrárias aos interesses gerais do País;

— Revogar ou modificar os decretos e resoluções do Conselho de Ministros que contrariem as leis e resoluções da Assem-

bleia do Povo e da sua Comissão Permanente;

— Apreciar os relatórios de prestação de contas da Comissão Permanente, do Conselho de Ministros, do Tribunal Popular Supremo, da Procuradoria Geral da República e das Assembleias Populares Provinciais;

— Decidir sobre outras questões fudamentais da política interna e externa do Estado.

III. ORGANIZAÇÃO

1. A Assembleia do Povo integra **229 deputados** eleitos por um período de 3 anos;

2. A **Comissão Permanente** da Assembleia do Povo é o órgão que a representa e assume todas as suas funções no intervalo das sessões.

3. A Assembleia do Povo constitui **Comissões de trabalho** integradas por deputados para a realização de actividades permanentes ou de tarefas específas.

Na segunda sessão ordinária de Assembleia, realizada de 6 a 10 de Março último, a Assembleia do Povo constituíu onze Comissões de trabalho para a realização de actividades permanentes abrangendo todos os sectores da vida nacional.

Os principais objectivos destas Comissões são:

— acompanhar a actividade dos órgãos estatais;

— preparar as questões que a Assembleia irá analisar.

IV. FUNCIONAMENTO

A Assembleia do Povo reune em sessão ordinária duas vezes por ano e, extraordinariamente por iniciativa do Presidente da República, do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, da Comissão Permanente da Assembleia do Povo, ou de, pelo menos, um terço dos seus deputados.

«QUORUM» PARA REUNIÃO

— para que a Assembleia reúna e delibere validamente é necessária a presença de mais de metade do número total dos seus membros.

Assim, sendo de **229** o número de deputados da Assembleia do Povo, é necessária a presença de **115** deputados.

«QUORUM» DE VOTAÇÃO

— as deliberações são tomadas por maioria simples dos votos dos deputados presentes.

Assim, estando presentes, p.é., **180** deputados, uma lei é aprovada se a votação for

80 votos a favor
60 votos contra
40 abstenções

Ou, se se tratar de eleger um deputado para integrar uma comissão e houver três candidaturas, registando-se a votação

deputados A — 50 votos
deputados B — 45 »
deputados C — 10 »

é eleito o deputado A.

«QUORUM» DE VOTAÇÃO DE ALTERAÇÕES À LEI CONSTITUCIONAL

— é necessária a maioria qualificada de 2/3 dos votos do número total dos membros da Assembleia.

Assim, sendo de **229** o número de deputados da Assembleia do Povo, para alterar a Lei Constitucional é necessário o voto favorável de **153** deputados.

V. DEVERES E DIREITOS DOS DEPUTADOS

DEVERES DOS DEPUTADOS À ASSEMBLEIA DO POVO

— Lutar pela Unidade Nacional

— Lutar pelos interesses da aliança dos operários e camponeses

— Lutar contra a exploração do homem pelo homem

— Lutar contra todas as manifestações de racismo, tribalismo e regionalismo

— Mobilizar as massas trabalhadoras para as tarefas de Reconstrução Nacional rumo à edificação do Socialismo.

— Participar activamente nas actividades da Assembleia

— Superar-se política, cultural e profissionalmente

— Estudar as principais leis do País e velar pelo seu cumprimento

— Prestar contas da sua actividade

— Manter segredo quanto às informações de carácter confidencial

— Ser trabalhador exemplar no seu centro de trabalho.

DIREITOS DOS DEPUTADOS À ASSEMBLEIA DO POVO

— Interpelar o Conselho de Ministros ou qualquer dos seus membros

— Solicitar aos organismos e empresas estatais a colaboração necessária para o cumprimento dos seus deveres

— Participar activamente nas sessões da Assembleia

— Ter um cartãode identificação como deputado

— Ser dispensado da actividade profissional para cumprimento das tarefas de deputado

NOTA: «Nenhum deputado à Assembleia do Povo pode ser preso sem culpa formada ou submetido a julgamento sem autorização da Assembleia ou da sua Comissão Permanente, excepto em flagrante delito por crime doloso a que caiba pena maior.»

(artigo 48.º da Lei Constitucional).

RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

SOBRE O TRABALHO POLÍTICO E IDEOLÓGICO

O I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho analisou profundamente as questões relativas à vida interna do Partido, nomeadamente o funcionamento de todas as suas estruturas e o trabalho da Educação Político-Ideológica dos membros do Partido e de todo o Povo.

O Congresso constatou que, embora ainda com algumas insuficiências, o funcionamento global do Partido tem permitido que o nosso Povo, sob a direcção da sua Vanguarda, esteja a dar passos seguros na transformação revolucionária da nossa Sociedade.

Reconhecendo que a defesa e a aplicação dos princípios do marxismo-leninismo, por todos os membros do Partido é uma condição indispensável à preservação das conquistas já alcançadas, permitindo que o Partido se fortaleça e consolide o seu prestígio junto das massas.

Tendo em conta a necessidade de o Partido assumir de uma forma mais eficaz o seu papel de direcção do Estado, das Organizações de Massas e de toda a sociedade, a fim de que todas as classes e camadas sociais do nosso Povo se engajem no combate aos inimigos internos e externos da nossa Revolução.

O I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho considera indispensável a existência de um amplo e permanente debate ideológico no seio das suas estruturas, como forma de reforço da unidade ideológica e de combte aos desvios da sua linha política.

O Congresso exorta todos os membros do Partido a serem intransigentes na aplicação de todos os princípios estatuários, particularmente o Centralismo Democrático, utilizando com coragem política, a crítica e auto-crítica como instrumento eficaz de correcção dos erros e de melhoramento dos métodos de trabalho.

O Congresso considera indispensável a denúncia constante e o combate no seio das estruturas do Partido da base ao topo de todos os factores que provocam a divisão, aos elementos que desprestigiam o Partido e a todas as manifesta-

ções e comportamentos reaccionários da pequena burguesia que de algum modo ponham em causa o papel de direcção do Partido e a defesa dos interesses das classes operária e camponesa. Neste sentido, o Congresso considera necessário a aplicação da ditadura democrática revolucionária contra os sabotadores da Revolução Angolana, reforçando a Unidade Nacional de Cabinda ao Cunene e lutando contra as manifestações de carácter tribal, regional e racial.

O Congresso exorta todos os membros, em particular aos dirigentes, a dedicarem-se permanentemente à sua superação político-deológica e cultural, base essencial para que cada membro do Partido seja um revolucionário consequente, activo e exemplar do destacamento de vanguarda da classe operária angolana.

Ao analisar o fenómeno religioso e as suas repercussões na consciência do Povo, o Congresso Extraordinário considera necessário que o Partido e as Organizações de Massas intensifiquem o combate ideológico à religião sem perder de vista o reforço da unidade dos crentes e não crentes no cumprimento das tarefas da Reconstrução Nacional, desmascarando-se tam. bém as posições das igrejas que se oponham às Lei do estado.

O I Congresso Extraordinário, ao analisar a política das Relações Exteriores do Partido, considera que continuam válidas e actuais as orientações traçadas para este domínio, pelo I Congresso do MPLA-Nesse sentido, exorta todos os membros do Partido e todo o Povo a reforçarem a sua posição internacionalista, de apoio à justa luta dos povos ainda oprimidos e explorados em todo o mundo e em especial na África Austral.

FIÉIS AO PRESIDENTE NETO
LUTEMOS PELA INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA.

A LUTA CONTINUA
A VITÓRIA É CERTA!

SOBRE AS ORIENTAÇÕES FUNDAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO-SOCIAL NO PERÍODO 1981/1985

O I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, tendo debatido profundamente a grave situação sócio-económico do País, as principais causas da mesma e as suas consequências para a vida e bem-estar do Povo, considera que só com os esforços conjugados e o cumprimento estrito das decisões dos organismos superiores, será possível realizar com êxito as tarefas traçadas para o desenvolvimento económico-social da República Popular de Angola, em 1981-1985.

Para concretizar destes objectivo, o Congresso aprova e recomenda:

1.º — As «orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Eco-

nómico-Social da República Popular de Angola no período de 1981-1985» com as alterações propostas.

2. — A ratificação das resoluções do Plenário do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho de Maio de 1980, dedicadas ao aprefeiçoamento da Direcção e da Economia, encarregando o Comité Central e o Governo de continuar a trabalhar para a sua materialização, a breve prazo.

3.° — A priorização da solução dos problemas das populações das zonas rurais, através do máximo empenho de todo o Governo, tendo em conta a importância decisiva que tal acção representa para o triunfo da Revolução.

4.° — A necessidade de manter, como preocupação constante do Partido, as questões relativas ao desenvolvimento da produção e ao cumprmento das tarefas do plano Nacional, introduzindo a prática de proceder à análise sistemática destes assuntos nas reuniões de militantes, desde a célula até ao Comité Central.

5.° — Desencandear e dirigir um processo de emulação massiva para a materialização progressiva das «Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico-Social» no período de 1981-1985 e dos planos elaborados com base nestas.

6.° — Assegurar a oportuna e ampla divulgação das resoluções do Congresso, elevando ao nível mais alto possível todo um trabalho de educação e consciencialização entre os trabalhadores e a população em geral.

Impõe-se fazer compreender a cada Angolano que o cumprimento das tarefas traçadas pelo Congresso exige a participação cada vez maior e o trabalho abnegado e consciente dos operários, camponeses e intelectuais, de todo o povo trabalhador, e que cada colectivo de produção deve lutar pela elevação da produção e da produtividade, através da afectação e utilização racionais das matérias primas, energia, materiais, equipamentos tempo de trabalho. A fim de melhor realizar estas tarefas, importa elevar o nível de conhecimentos e a capacidade técnica do homem novo, fiel à causa do socialismo, que zele pela salvaguarda da propriedade socialista com uma nova atitude perante o trabalho.

Para a formação deste homem novo será necessário que o Comité Central desencadeia também, desde já, uma luta impiedosa contra todos os desvios ao programa e aos princípios do MPLA-Partido do Trabalho, contra todos aqueles que pretendem desviar as massas trabalhadoras dos objectivos da Revolução, utilizando formas e métodos incorrectos de actuação — liberalismo, proteccionismo, elitismo, regionalismo, racismo, sectarismo, obscurantismo, auto-suficiência e outras práticas reaccionárias da pequena-burguesia que contribuem para a desorganização e indisciplina na produção e na distribuição

e entravam, em última instância, o processo do Povo angolano rumo ao Socialismo.

7.º — A extinção da Comissão Nacional do Plano, cujo papel foi decisivo na introdução da planificação do desenvolvimento económico-social na República Popular de de Angola.

8.º — Consolidar e reforçar no quinquénio a autoridade do órgão de planificação centralizada da economia, devendo priorizar-se o seu reforço em quadros política e tecnicamente capazes tendo em vista a necessidade da criação, nos primeiros anos do quiquénio, do Comité Estatal do plano, como órgão do Conselho de Ministros, encarregado de orientar, coordenar e controlar toda a actividade de planificação de desenvolvimento económico-social.

9.º — A criação durante o quinquénio, de um Banco de Comércio Externo, com o fim de dinamizar o Comércio Externo da República Popular de Angola, dentro do quadro da política do desenvolvimento económico-social traçada pelo MPLA-Partido do Trabalho.

10.º — Dar uma atenção especial aos trabalhos de preparação e realização do primeiro recenseamento geral da população. Tarefa que, pela sua importância, envergaPovo, devendo para o efeito serem rada como uma acção de todo o Povo, dendo para o efeito serem mobilizados todos os recursos humanos e materiais necessários, do Partido, do Estado e das organizações do massas

11.º — A Convocação de uma Conferência Nacional do Partido durante o quinquénio, para análise do cumprimento das orientações aprovadas neste Congresso e introdução dos ajustamentos que se mostrem convenientes.

O Congresso confia no Povo angolano e acredita que este será capaz de assegurar com o seu trabalho criador e sob orientação do MPLA-Partido do Trabalho a concretização das novas e grandiosas tarefas que se põem à República Popular de Angola. Isto constituirá uma vitória e mais uma prova convicente da vitalidade e da força do novo regime social, da fidelidade inquebrantável do Povo angolano e do Partido aos legados e ensinamentos do nosso Guia Imortal, o Saudoso Camarada Presidente Dr. Agostinho Neto, Fundador da Nação e do MPLA-Partido do Trabalho.

Fiéis ao Presidente Neto, Lutemos pela Independênca Económica

A Luta Continua

A Vitória é Certa

RESOLUÇÃO SOBRE A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MASSAS TRABALHADORAS

Considerando que a prolongada Luta de Libertação Nacional desencadeada pelo MPLA na qual perderam a vida os melhores filhos do Povo Angolano, teve como objectivo fundamental pôr fim à exploração colonial capitalista;

Considerando que a opção socialista feita pelo Povo Angolano, passa pelo combate cerrado às classes exploradoras, sejam elas estrangeiras ou nacionais;

Considerando que a sociedade que estamos a edificar deve trazer vantagens apenas para aqueles que, através do seu trabalho honesto e abnegado, produzem bens e serviços;

Considerando que a ditadura Democrática Revolucionária consiste no exercício do poder contra todos aqueles que contrariam o desenvolvimento político, económico e social da Revolução Angolana;

Considerando que a produção é um bem social para usufruto de todos os trabalhadores sem conferir direitos especiais a quem o produz tornando-se, em consequência, imprescindível eliminar as situações de desigualdade e injustiça resultantes da prática da apropriação indevida de uma parte da produção (impropriamente conhecida por auto-consumo) nas Unidades de Produção e de Comercialização;

Considerando que já insuficiente poder de compra das massas trabalhadoras resultante da baixa produção e fraca produtividade, bem como o frágil nível organizativo das Unidades de Produção, é seriamente agravado pelas distroções existentes no circuito de distribuição e comercialização e pelas práticas especulativas, liberalistas, proteccionistas, abusivas e contra-revolucionárias de uma camada minoritária e reaccionária da população.

Considerando que o roubo, a candonga, a especulação e a delapidação dos bens sociais constituem práticas anti-económicas que, uma vez generalizadas, podem comprometer a realização do objectivo estratégico da nossa Revolução;

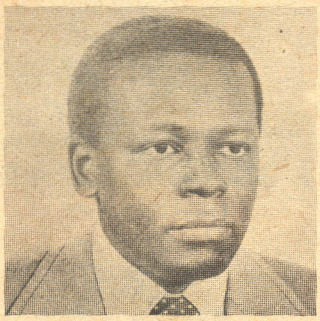
Considerando a prática individual ou organizada em redes de desvios e de roubo nos portos, aeroportos e caminhos de ferro, fábricas, armazens e lojas, o armazenamento de bens desviados e roubados para alimentar os mercados paralelos ilegais, a utilização especulativa dos meios de transportes privados e mesmo estatais, a venda especulativa de bens alimentares e bens industriais em mercados legais e ilegais, nas ruas e em domicílios; a aquisição de bens para revenda a preços especulativos por vadios e marginais que se acumulam nas bichas, a utilização de mulheres e crianças para estas práticas anti-sociais e ainda para a venda especulativa de bens alimentares de produção caseira; a destruição dos bens do Povo, nomeadamente dos meios de transportes, sem a devida sanção aos infractores.

Considerando que estas situações se agravam dias após dia, pela corrupção, pelo proteccionismo e liberalismo de dirigentes e responsáveis, pela inoperância dos mecanimos de prevenção e repressão e pela falta do controlo generalizado sobre os bens do Povo;

Considerando as proporções que assumem outras práticas anti-sociais; tais como roubos, assaltos

(Conclui na pág 24)

MEMBROS DO COMITÉ CENTRAL



José Eduardo dos Santos

Lúcio Lara

Ambrósio Lukoki

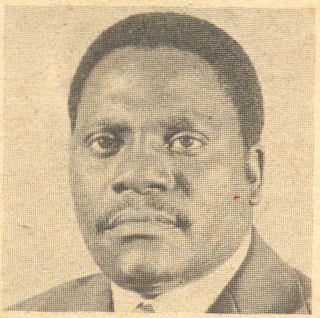
Julião Mateus Paulo
(Dino Matross)

António dos Santos França
(NDalu)

Pascoal Luvualu'

Manuel Alexandre Rodrigues
(Kito)

Rodrigues João Lopes
(Ludy)



Evaristo Domingos
(Kimba)

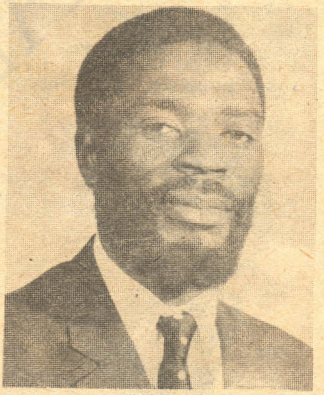
Francisco Magalhães Paiva
(Nvunda)

Pedro Marja Tonha
(Pedalé)

João Luís Neto
(Xietu)

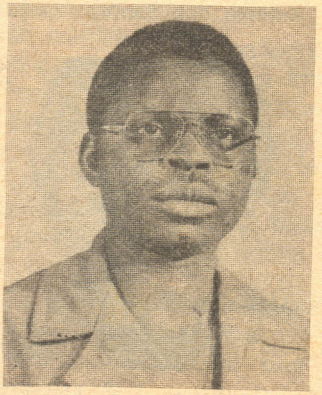
Henrique Teles Carreira
(Iko)

Henrique de Carvalho Santos
(Onambwe)



Kundi Payama

Mariano Puku



António Bernardo
(Manhinga)

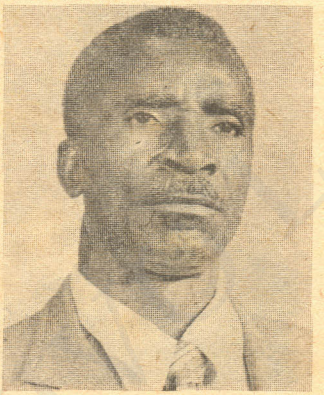
Ilídio Tomé Alves Machado

Domingos Afonso Neto
(Kota Neto)

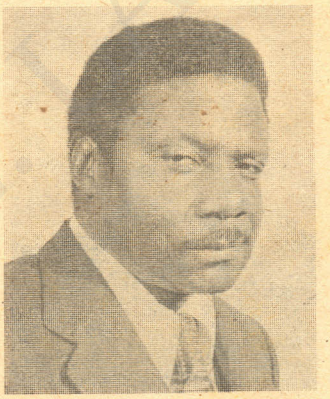
Zacarias Pinto
(Bolingo)

Celestino Bernardo
(Tchizainga)

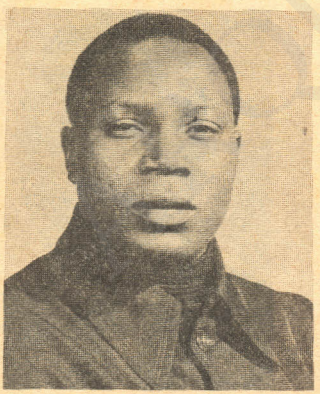
David Moisés
(NDozi)



Manuel Lopes Maria
(Ximuto)



Paiva Domingos da Silva



Rafael Sapilinha
(Sambalanga)

Manuel Augusto Alfredo
(Orlog)

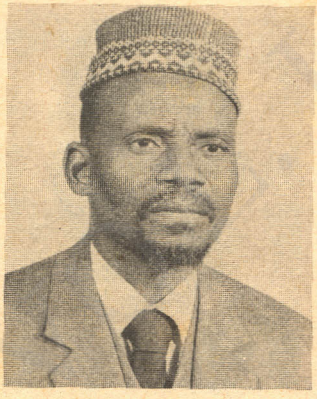
Maria Mambo Café

Rodeth Gil

Miguel Luís
(Ivadi)

Hermínio Escórcio

Paulo Jorge

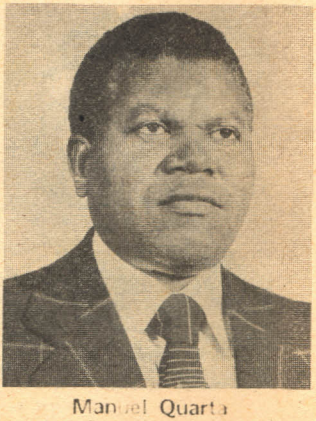


Agostinho Mendes
de Carvalho

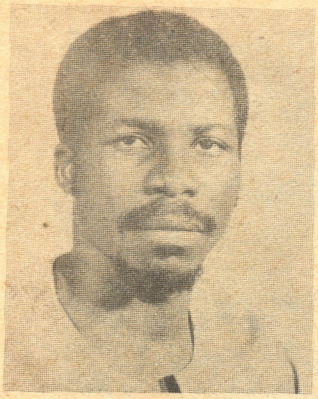
Delfim de Castro

Armando Dembo

Manuel Pedro Pacavira



Manuel Quarta
(Punza)



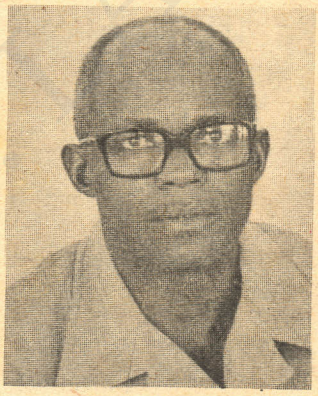
João Ernesto dos Santos
(Liberdade)

Lopo do Nascimento

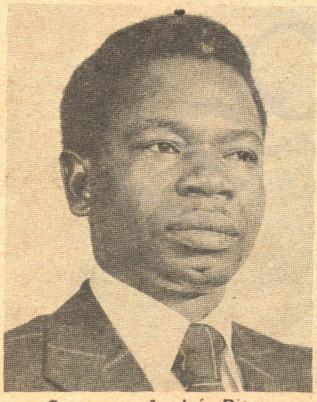
Roberto de Almeida

Celestino Chinhama
(Faísca)

Manuel Fracisco Tuta
(Batalha)



João Baptista
(Jamba Ya Mina)



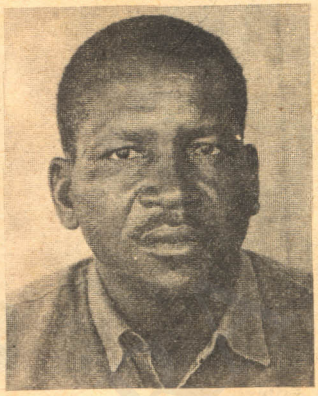
Santana André Pitra
(Petroff)

José César Augusto
(Kiluanje)

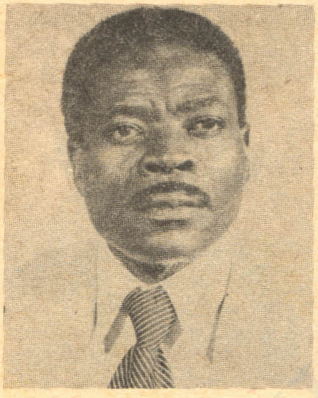
Lourenço Ferreira
(Diandengue)

Marques Monakapui
(Bassovava)

Jorge Tchimpuati



Jerónimo Sinedima



Bernardo de Sousa

Ruth Neto

Afonso Van-Dúnem
(MBinda)

Paulo Massengo
(Sentir)

Tchicassa
(Kassumbi wafa Meso)

Carlos Kangulo Domingos

José Carlos Ylenga
(Explosivo)

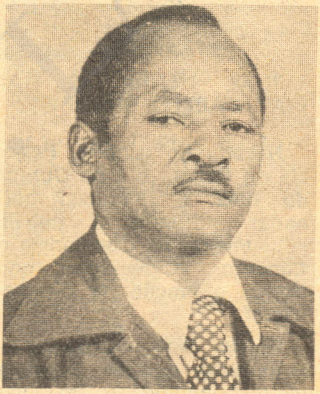
Artur Vidal Gomes
(Kumbi Diezabo)

Domingos Francisco
Bartolomeu

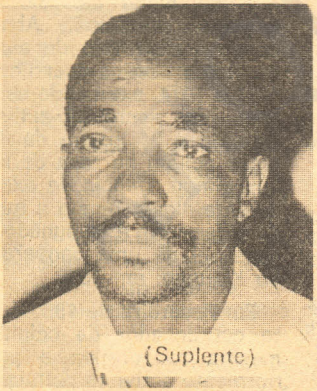
(Suplente)

Lucrécia Alfredo António
Francisco

João Henriques Garcia
(Cabelo Branco)



Filipe Kinguengo
(Mabiola)



(Suplente)

Luís Sebastião Madeira

(Suplente)

Jacinto João António
(Tonene)

(Suplente)

João Baptista Panzo

ELEITOS NOVOS MEMBROS PARA O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO

JOÃO HENRIQUES GARCIA (CABELO BRANCO).

Nasceu no Ambriz, Província do Bengo, a 4 de Outubro de 1942. É electricista-bobinador industrial e trabalha actualmente na Companhia de Cimentos «Cimangola», onde exerce a função de Director-Geral.

Desde 1959 iniciou a sua actividade política, actuando na clandestinidade em Luanda, onde auxiliou a preparação do levantamento de 4 de Fevereiro. Em 1963 participa na organização de um movimento interno de apoio ao MPLA, que lhe custou o julgamento num tribunal militar e cinco anos de prisão, com medidas de segurança.

Posto em liberdade, retomou as funções na Companhia de Cimentos, ao mesmo tempo que continuava a sua actividade política clandestina. Dedicando-se aos estudos conclui o 1.º ciclo liceal e o curso de electricista.

Após o 25 de Abril integrou o grupo de auto-defesa do bairro Kassenda, sendo um dos membros da Comissão Popular de Bairro.

Em 1976 ingressa na União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) tendo frequentado um curso de sindicalismo, na República Popular da Bulgária. Por incumbência do BP do MPLA foi membro, em 1977, da Comissão Nacional de Reestruturação da UNTA, até à constituição de um novo Secretariado.

Foi membro da Comissão Nacional de Rectificação. Em Janeiro de 1979 foi nomeado Director-fabril da «Cimangola» e mais tarde Director-Geral da mesma Companhia. É Deputado à Assembleia do Povo.

FILIPE QUINGUENGO (MABIOLA).

Natural de Muxaluando, município de Nambuangongo, província do Bengo onde nasceu a 25 de Fevereiro de 1930. Fez estudos primários na primeira Região. Foi camponês até 1966, altura em que ingressou no MPLA na 1.ª Reglão, como Chefe de secção.

Em 1967, fez um estágio político, nas zonas libertadas. É preso, em 1973, no Caxito. Em 1976 foi eleito activista político e em 1978 membro da Comissão Executiva do Comité Municipal de Nambuangongo, cargo que exerce até ao momento.

JACINTO JOÃO ANTÓNIO (TONENO).

Nasceu na povoação do Hala, município de Nambuangongo, província do Bengo, a 5 de Junho de 1922. Fez estudos primários. Abandonando a dura vida de camponês integra-se na guerrilha, de 1961 a 1974, exercendo as funções de secretário-activista. Durante a 2.ª guerra de libertação actuou na zona de Nambuangongo. Depois de exercer durante algum tempo a função de enfermeiro é designado responsável de uma cooperativa, no Kikungo, em 1976.

Em Fevereiro de 1980 é eleito coordenador da célula da mesma cooperativa e posteriormente activista político em Nambuangongo, até ser eleito membro do Comité Central.

ARTUR VIDAL GOMES (KUMBI-DIEZABO).

Nasceu no Caje, Nambuangongo a 7 de Abril de 1942. Ainda criança conhece as amarguras do contrato que o impede de concluir os estudos primários.

Em 1961 engaja-se na guerrilha, na área de Nambuangongo tendo chegado a assumir a direcção do grupo quando o Comandante João Benedito partiu para o Congo.

Em 1963 segue também para o Congo, sendo escolhido para frequentar um curso militar especial na Europa. Em 1967, depois de ter sido responsável do campo de Kôngua (Tanzânia) exerce as funções de instrutor militar no CIR da zona A da 3.ª Região.

Em Fevereiro de 1968 é nomeado comandante da zona Certeza. Em Maio desse mesmo ano abre a 4.ª Região político-militar. Na mesma altura é nomeado chefe de operações e reconhecimento do comando da mesma Região e, mais tarde, comissário político.

Em 1970 foi responsável lo campo de treinos de Iringa (Tanzânia). Em 1971 é escolhido para fazer o curso médio de veterinária na Roménia, tendo frequentado a Faculdade de Veterinária. Em 1976 interrompeu os estudos regressando ao país, passando a funcionar no Ministério da Agricultura, no ramo da Pecuária.

Em 1979 é nomeado técnico pecuário em Camabatela e logo a seguir Director-Geral do Complexo Agrário do Waku-Kungo.

TCHICASSA (KASSUMBI WAFA MESO).

Natural do Bailundo, Província do Huambo, onde nasceu em 1919. Era um modesto camponês quando, em 1968, ingressou nas fileiras do MPLA. Participou pessoalmente no transporte de material de guerra e outras mercadorias para a 3.ª Região (Katoio). Nessa altura tornou-se responsável do Comité de Acção de Zona.

Após um estágio de activista político no CIR da 4.ª Região e um curso de responsáveis provinciais na Escola Nacional do Partido Dr. António Agostinho Neto, em 1978, foi rectificado no Lwena, como Militante. Tempos depois, foi eleito coordenador do Comité comunal do Lucussa e membro do Comité Provincial do Partido do Moxico.

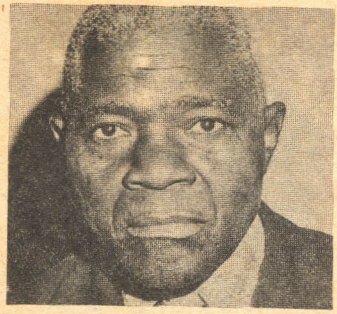
JOSÉ CARLOS ILENGA (EXPLOSIVO).

Natural de Kazaji, município de Dala, Lunda-Sul onde nasceu a 5 de Março de 1940. Fez estudos primários.

Foi durante alguns anos agricultor até que a repressão colonialista o levou a enquadrar-se nas fileiras do Movimento em 1968, tendo desempenhado inicialmente as funções de socorrista.

Em 1969 foi nomeado Chefe de grupo e em 1970 frequentou um estágio num CIR, na especialidade de morteireiro. Em Julho de 1971 seguiu para a Tanzânia, onde frequentou um curso militar, na especialidade de infantaria e também de enfermagem. Regressa ao país em 1972, para desempenhar funções de chefe de base. Em 1974 frequenta estágios políticos. Em Outubro desse ano forma, com outros camaradas, as delegações dos Comités de zona do MPLA no Bié e Huambo. Foi posteriormente transferido para Luanda, como sub-delegado e acumulando estas funções com as de comandante de esquadrão.

Em 1976, é eleito coordenador do Comité municipal do Chitato. Exercia agora as funções de chefe de secção da Organização do DORGAN do Comité do Partido da Lunda-Sul.



JOÃO BAPTISTA PANZO.

Natural do Piri (Dembos) província do Kwanza-Norte onde nasceu a 12 de Outubro de 1914. Fez estudos primários. Foi agricultor e mais tarde empregado comercial. Foi secretário do Comité de Acção na secção «Cambodja» durante 12 anos tendo sido também activista político na zona A e membro da Comissão Directiva da 1.ª Região.

Finda a guerrilha voltou a dedicar-se aos trabalhos do campo, tendo participado na resistência contra a invasão fantoche de 1975.

Em 1976, é membro coordenador do Comité de zona do Piri e em 1978 membro do Comité Provincial do Partido e coordenador do comité municipal dos Dembos.

LUIS SEBASTIÃO MATEUS (VOZ DO POVO).

Natural do Kibaxi (Dembos), província do Kwanza-Norte. Nasceu a 12 de Dezembro de 1939. Fez estudos primários. Abandonando a profissão de mecânico incorporou-se nas fileiras do MPLA em 1964 na 1.ª Região onde foi responsável logístico até 1967. Nesta data parte para a República do Zaíre e daí para o Congo.

Corria o ano de 1971 quando partiu para o Sudão para um curso militar. Nas zonas libertadas é destacado para a 2.ª Região (Cabinda) desenvolvendo intensa acção quer no combate, quer no domínio da logística.

Em 1978, por motivos de saúde, que o levaram a duas intervenções cirúrgicas, abandona a vida militar, funcionando então nas oficinas do Partido, em Cabinda.

LUCRÉCIA ALFREDO ANTÓNIO FRANCISCO.

Nasceu no Úcua, província do Bengo, a 22 de Fevereiro de 1944. Fez estudos primários e mais tarde um estágio político no «maquis» da 1.ª Região. Era costureira quando em 1961 se enquadrou no MPLA, integrando-se na OMA desde a sua fundação.

Demonstrando qualidades revolucionárias, a camarada Lucrécia foi eleita em 1968 responsável da OMA na secção de Teresa Afonso, zona B. Logo depois exerceu o cargo do vice-Presidente daquela organização feminina, na região do Dande até 1974.

Até a altura da sua eleição para o Comité Central desempenhou as funções de responsável da secção do DORGAN, do Comité Municipal do Partido do Dande.

PAULO MASSENGO (SENTIR).

Natural do Bungo, Soyo, de 47 anos. Desde muito cedo começou a trabalhar como trepeiro. Coagido a cumprir o serviço militar no exército colonial, não se conforma, desertando para a África do Sul onde, durante dois anos, trabalha nas minas. É nesta altura que se revelam as suas qualidades de nacionalista. Em 1966 enquadra-se no MPLA, ao passar pela Zâmbia, tendo funcionado nas zonas A e E da 3.ª Região. Durante a sua permanência nessas zonas, o camarada Sentir aperfeiçoa os seus estudos primários, ao mesmo tempo que adquiriu os conhecimentos políticos que o tornariam mais tarde Chefe de Operações da zona E.

Após a frequência, em 1969 de um curso político na URSS foi chamado a assumir maiores responsabilidades nas zonas libertadas do MPLA.

Durante a 2.ª guerra de libertação desenvolveu ampla actividade.

Após a vitória é colocado na Lunda e, em 1976, transferido para o Zaire onde exerce as funções de Coorde-nador do ex-DOM do Soyo, sendo nomeado mais tarde membro da Comissão Executiva do Comité Provincial do Partido do Zaire, coordenando o DRN.

É Deputado à Assembleia Popular Provincial do Zaire.

CARLOS KANGULO DOMINGOS.

Natural do Kombe, município de Pango-Aluquém, província do Kwanza-Norte. Nasceu a 15 de Abril de 1921. Era camponês, em 1961, quando se internou nas matas do Kombe, ao encontro do MPLA. Em 1963 exercia já as funções de Secretário do Comité de Acção na secção Deolinda Rodrigues. Desenvolvendo funções de activista na 1.ª Região foi eleito em 1969 coordenador do Comité de Acção no mesmo local.

No fim da 1.ª guerra de libertação regressou à sua aldeia e ao campo até 1976, quando foi nomeado membro do Comité de Zona, no município de Pango-Aluquém e mais tarde coordenador do Comité de zona até 1978.

No mesmo ano foi nomeado membro do Comité Provincial do Partido e coordenador do Comité municipal de Pango-Aluquém. Frequentou um curso político da Escola Nacional do Partido Agostinho Neto.

DOMINGOS FRANCISCO BARTOLOMEU.

Natural do Golungo-Alto, Kwanza-Norte. Nasceu a 1 de Abril de 1948. Fez estudos primários. Foi serralheiro-mecânico e afinador de máquinas industriais, na fábrica FABIAL até 1976, altura em que é requisitado para trabalhar em tempo integral no ex-DOM Regional de Luanda, executando as funções de activista político do sector operário, na zona industrial de Viana.

Em 1975 enquadrou-se no Grupo de Acção n.º 1 do MPLA na fábrica FABIAL, assumindo as funções de coordenador. Participou activamente na 2.ª guerra de libertação nacional. Em 1976 foi eleito coordenador do Comité de Acção de Lugar. Em Setembro desse mesmo ano frequentou o 1.º curso nacional de activista do sector operário, na Escola de Quadros do MPLA, no Futungo. Em Junho de 1977, o BP nomea-o membro da Comissão Política Provisória de Luanda e em Abril de 1978 membro da Comissão Executiva do Comité Urbano do Partido de Luanda, exercendo as funções de coordenador do Departamento de Organização. Em 1979/80 frequentou durante seis meses, o 2.º curso de Quadros provinciais, na Escola Nacional do Partido Dr. António Agostinho Neto.

É Deputado à Assembleia Popular Provincial de Luanda. É também membro da Comissão Nacional de Rectificação.

«Os esforços de organização da produção e o triunfo das relações socialistas de produção nas cidades, isto é, no sector industrial e do comércio têm de ser acompanhados de um trabalho correspondente nas áreas rurais para que se possa estabelecer o equilíbrio entre a cidade e o campo e para que se assegure a vitória da Revolução Socialista. Temos de multiplicar esforços para que o sector agrário forneça matérias-primas necessárias para à indústria alimentar ligeira, para que as áreas rurais forneçam os produtos agrícolas para o consumo das pessoas das cidades e para que a indústria nacional produza bens industriais para os camponeses, consolidando assim a aliança operário-camponesa».

(Cdo. Presidente José Eduardo dos Santos)

Resoluções sobre o I Congresso Extraordinário

(Conclusão da pág. 12)

e sabotagens que encontra nos vadios e marginais os seus principais agentes, principalmente nos grandes centros urbanos.

Considerando que a situação acima mencionada que mostra tendência para a generalização, afecta necessariamente a situação de classe das massas trabalhadoras, em particular dos operários e camponeses e leva à degradação ideológica pela sua transformação progressiva em pequenos negociantes;

O I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho determina a dotação urgentes das seguintes medidas:

Que seja dado um enérgico e contínuo combate aos elementos anti-sociais, pela prevenção, repressão e reeducação;

Que seja impedido a todos os vadios o acesso aos circuitos de abastecimento, ao alojamento e aos transportes públicos, encaminhando-os para os locais onde a sua força de trabalho possa ser aproveitada;

Que se regulamente o exercício do comércio privado, incluindo o ambulante e se materialize a interdição de todo o comércio não licenciado;

Que seja severamente combatido e sancionado o roubo e desvio de fontes produtivas, empresas, armazéns, depósitos, lojas, hospitais e escolas, etc. em todos os sectores económico-sociais da vida Nacional;

Que seja severamente combatida e sancionada a corrupção, o protteccionismo, o liberalismo, a falta de controlo que se verificam a diversos níveis dos sectores produtivos e não produtivos;

Que seja severamente combatida e sencionada a depredação de bens, especialmente equipamentos, meios de transportes e matéria-primas;

Que se aumente em todo os sectors a produção e a produtividade, pela melhoria da organização, disciplina e melhoria das condições dos trabalhadores, em especial pela implementação urgente das cooperativas de consumo e refeitórios nas Unidades de Produção de grande dimensão e outros servindo várias Unidades médias e pequenas, priorizando-se a distribuição de bens alimentares e industriais de primeira necessidade aos trabalhadores que são os produtores da riqueza do País;

Que se possibilite a prática de contratos de venda directa entre a empresa e a cooperativa de consumo dos seus trabalhadores de quotas determinadas da sua produ-

ção, dentro das normas de abastecimento de todos trabalhadores, eliminando-se deste modo, a prática de apropriação indevida de uma parte da produção (impropriamente denominada auto-consumo);

O Congresso chama a especial atenção para a necessidade de punir em especial os dirigentes, responsáveis, técnicos, agentes da Defesa e Segurança e todos os trabalhadores do sector estatal em geral, que pratiquem, encubram ou sejam cúmplices, ou por qualquer forma estejam ligados às práticas contra-revolucionárias objecto da presente Resolução.

Com vista à eficaz implatação desta Resolução, o Congresso chama a atenção do Comité Central para a necessidade absoluta de engajar as células e comités do Partido na luta contra estas práticas contra-revolucionárias. O Comité Central deverá urgentemente programar toda a acção a desencadear pelas organizações do Partido em apoio a todas outras medidas que se vierem a tomar. Os membros do MPLA-Partido do Trabalho devem considerar-se desde já mobilizados para uma campanha intensa e contínua de explicação para mobilizarem todos os trabalhadores, principais prejudicados por esta situação no combate a todos os elementos anti-sociais.

FIÉIS O PRESIDENTE NETO

LUTEMOS PELA INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA!

A LUTA CONTINUA!

A VITÓRIA É CERTA!

SOBRE A DEFESA E SEGURANÇA

O 1.º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, reunido de 17 a 23 de Dezembro de 1980, após a apreciação e discussão profunda do documento «Análise do triénio 1978/80 e Orientações para o quinquénio 1981/85», apresentado pelos órgãos de Defesa e Segurança, constatou que, na sua generalidade, as orientações contidas nas teses «AS FAPLA COMO EXÉRCITO POPULAR» e «A DEFESA POPULAR GENERALIZADA» foram desenvolvidas e cumpridas de acordo com a dinâmica do nosso processo revolucionário.

A necessidade de garantir as conquistas revolucionárias alcançadas, de defender a soberania nacional, a integridade territorial e assegurar as tarefas de Reconstução Nacional rumo ao Socialismo, a necessidade de se prevenir a criminalidde e reprimir a delinquência, de defender a propriedade social e individual, de manter a ordem pública, a necessidade de lutar contra a reacção interna e externa, justifica que se continua a prestar uma especial atenção aos problemas de Defesa e Segurança, porquanto a hipótese de um recrudescimento das acções do inimigo rasicta sul-africano contra a Revolução Angolana não é de subestimar.

Só com o sistema organizado com base nas Teses «Defesa Popular Generalizada» e «a FAPLA como Exército Popular» se poderá garantir a continuação da existência da República Popular de Angola.

O 1.º Congresso Extraordinário do Partido aprova o documento «Análise do triénio 1978/80 e Orientações para o quinquénio 1981/85» e recomenda ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho para o desenvolvimento ulterior das Forças, o seguinte:

1. Que se continua a considerar a defesa como sector prioritário no conjunto das tarefas do Partido e do Estado, harmonizando devidamente o desenvolvimento sócio-económico do País com as exigências da estratégia político-militar.

2. Que se continua a dar uma especial atenção à edificação das Forças Armadas, definindo os seus efectivos numéricos em função das nossas potencialidades económicas, sociais e humanas, apetrechando-as de meios técnicos modernos necessário ao cumprimento das suas missões, organizando e reforçando o asseguramento combativo e logístico:

3. Que se dedique mais atenção à preparação combativa das Forças Armadas, a fim de aumentar permanentemente a sua prontidão combativa.

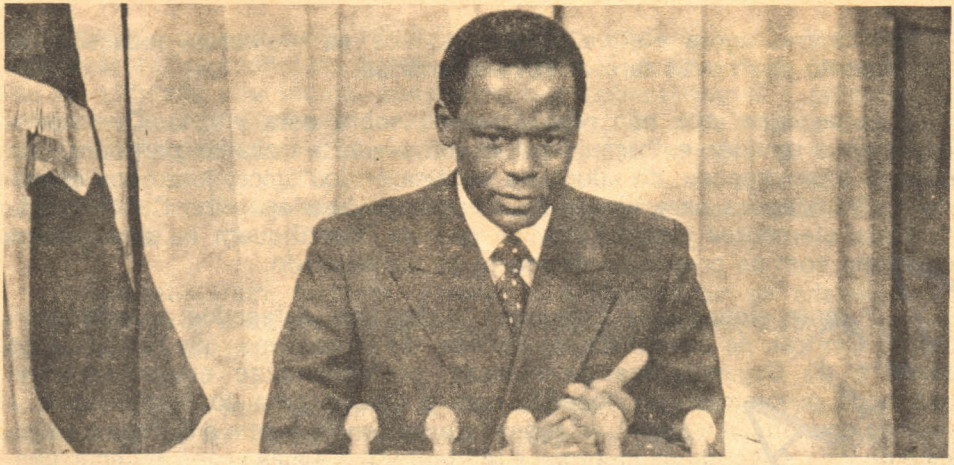
4. Que se desenvolvam maiores esforços na preparação política dos oficiais, sargentos, soldados, marinheiros e agentes na sua formação ideológica, assim como na implantação e funcionamento das estruturas de base do Partido.

5. Que se eleve substancialmente o grau de disciplina militar a todos os níveis e que se combatam energicamente as atitudes e comtamentos incorrectos, incompatíveis com o brio e a honra das Forças Armadas, de Segurança e Interior.

Fiéis ao Presidente Neto, lutemos pela independência económica.

A Luta Continua!

A Vitória é Certa!



DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO Cda. PRESIDENTE

CAMARADAS DELEGADOS

ILUSTRES CONVIDADOS

CAROS CAMARADAS E

COMPATRIOTAS

É com profunda emoção que venho, agora, ao podium para proferir algumas palavras, na sessão de encerramento deste Congresso Extraordinário do Partido. Este acontecimento de transcendente importância histórica, que culmina com a injecção de sangue operário e camponês no Comité Central do Partido constitui, não só por esse facto, mas também pela importância das suas decisões e resoluções, mais uma vitória das massas trabalhadoras sobre a reacção interna e externa!

O aumento da conscinêcia revolucionária, da maturidade política associada ao crescente espírito de exigência dos membros do Partido, levaram as organizações de base e os organismos do Partido a encarar com alto sentido de responsabilidade e rigor, a escolha de candidatos dos sectores operários e do campesinato ao Comité Central.

Por esta razão e tendo em conta os condicionalismos inerentes à presente fase de estruturação do nosso Partido, o Congresso Extraordinário só preencheu 12 dos 20 lugares previstos pelo I Congresso do MPLA

Aproveito esta ocasião para saudar e felicitar calorosamente, em nome de todos os delegados e em meu próprio, os novos membros do

Comité Central agora eleitos, desejando-lhes os melhores sucessos no cumprimento das novas tarefas revolucionárias.

Estou certo que não repousaremos sobre esta vitória. Que continuaremos a envidar esforços para desenvolver o trabalho partidário, de agitação e propaganda, de educação política e ideológica, junto dos operários e camponeses para elevar à Direcção do seu aparelho Central cada vez mais elementos dessas classes que se identifiquem na sua prática quotidiana com os princípios da teoria do proletariado.

Durante alguns dias estivemos, todos nós, delegados, membros do Comité Central, da Juventude do Partido, de Organismos do Partido e do Estado e de Organizações de Massas, profundamente empenhados na análise de problemas relacionados com a vida interna do Partido, com a situação económica e social, relações internacionais e com a Defesa e Segurança do País. Discutimos calorosa e militantemente e às vezes até apaixonadamente os nossos problemas imbuídos de um modo geral, de espírito de disciplina, de um elevado sentido de crítica que nos permitiu elaborar um frutuoso trabalho colectivo. Num ambiente de camaradagem, por vezes

É com profunda emonção que venho, agora, ao podium para proferir bastante emocionante, abordamos com coragem e com a maior franqueza possível, os inúmeros e difíceis problemas inerentes aos países jovens e subdesenvolvidos como o nosso que procura instaurar uma sociedade de justiça social sem exploradores nem explorados. Acho que é justo realçar que em todas as discussões, sobressaiu de facto a ideia do Partido como um factor indesmentível, como uma afirmação categórica. Começamos a ser Partido, não já na nossa concepção teórica mas de facto na nossa actividade prática. Realizamos a tarefa da construção do Partido Marxista-Leninista determinada pelo I Congresso do MPLA. Começaram a ser definitivamente ultrapassados os métodos de trabalho antiquados, característicos da guerrilha e do Movimento de Libertação. A improvisação e o individualismo dão lugar ao trabalho planificado, programado e colectivo. A Organização reforça-se com o espírito de superação permanente, de crítica e autocrítica, com a tomada de consciência sobre a necessidade do controlo rigoroso da actividade de cada um e de cada organismo e sobre a necessidade da exigência no trabalho para que cada um assuma, de facto, as suas funções com responsabilidade, no seu posto de trabalho.

A abordagem corajosa e clara destes fenómenos de natureza subjectiva, perfeita e rapidamente superáveis, que têm constituído um freio ao desenvolvimento do processo produtivo, em muitas esferas da actividade nacional, e as soluções que são apontadas para a sua eliminação, marcam um salto qualitativo na vida organizativa do Partido e do Estado.

Em Setembro de 1979, os nossos inimigos cantaram vitória, alguns choraram lágrimas de crocodilo porque pensaram que a morte prematura

o inesperada do SAUDOSO PRESIDENTE DR. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO, significaria a fragmentação do MPLA-Partido do Trabalho. Hoje, eles rendem-se à evidência dos factos, constatam que subestimaram a grandeza da sua obra. São os seus ensinamentos,o seu legado revolucionário que nos deixou, o Partido Marxista-Leninista cujas bases lançou e que nesta sala fundou, que continuam a inspirar-nos e a guiar-nos na aplicação do Marxismo-Leninismo à realidade concreta do nosso País, de forma criadora e consequente.

Subestimaram, também, a força e a capacidade de adaptação do nosso Partido às situações difíceis, que constitui a melhor tradição herdada do MPLA-Movimento.

O estudo menos atento da história do MPLA-Movimento de onde emergimos como Partido, mostrará como foi espinhosa, tortuosa mas sempre imparável, a sua marcha para a independência total e completa. Marchamos de vitória em vitória, retirando as lições necessárias das derrotas momentâneas.

Agora que somos Partido aprofundamos mais ainda a análise crítica dos nossos insucessos atacando os problemas com franqueza e com elevado espírito militante, para encontrar as soluções justas no momento justo.

Nos poucos dias que estivemos reunidos, não pudemos encontrar, evidentemente, todas as soluções para os muitos problemas imediatos que enfrentamos. Foram, no entanto, traçadas as linhas gerais que nos orientarão e que permitirão ao Comité Central e ao seu Bureau Político, encontrar as soluções oportunas para os problemas mais urgentes.

O nosso Partido saiu mais fortalecido deste Congresso Extraordinário. Reafirmando e ampliando as teses do I Congresso do MPLA, evidenciou o seu papel dirigente do Estado e de toda a Sociedade. A forma entusiástica e o calor revolucionário com que as massas trabalhadoras seguiram e apoiaram o Relatório do Comité Central, é a prova indesmentível, é a prova mais eloquente deste facto, é a reafirmação da confiança que o Povo Angolano deposita no seu Partido de Vanguarda e a confirmação da justeza dos princípios políticos que nos orientam na construção da Democracia Popular e do Socialismo.

O Relatório do Comité Central representa um documento de trabalho valioso pela maneira profunda e realista como tratou as questões essenciais, da nossa Revolução, pela forma clara e corajosa como apontou os caminhos a seguir para combatermos a dependência económica, para lutarmos contra a fome, a miséria, a doença e todos os vicíos e sequelas da sociedade colonial capitalista, pelas formas apontadas para eliminar alguns factores subjectivos que prejudicam o funcionamento normal de muitos organismos

da administração estatal, como a negligência, a irresponsabilidade, a indisciplina, a desorganização e outros males daquele tipo de sociedade, tais como a corrupção, a especulação, o tribalismo, o regionalismo, o racismo e as manifestações reaccionárias da pequena burguesia, formas essas que devem merecer o estudo e reflexão de todos os membros do Partido e de todos os cidadãos em geral.

CAMARADAS DELEGADOS

ESTIMADOS CONVIDADOS

CAROS CAMARADAS E COMPATRIOTAS

A Asembleia Magna do nosso Partido — O CONGRESSO — traçou as orientações mestras do desenvolvimento económico para a década 1980-1990, e as orientações fundamentais e metas para cada um dos sectores da actividade Nacional até 1985, tanto a nível do Partido como do Estado. O momento agora é de acção. É preciso que as nossas resoluções e decisões não se tornem letra morta.

Saiamos deste Congresso decididos a materializar as nossas orientações, a atingir e a ultrapassar as metas fixadas para que possamos vir de cabeça erguida ao Congresso Ordinário de 1985.Da base ao topo, do topo à base, há que cerrar fileiras para defender a integridade das nossas ideias contra a intriga, o boato e a calúnia dos nossos inimigos de classe, converter cada vez mais e mais adeptos conscientes à causa do Povo e do Socialismo, tornar a ideologia do proletariado a ideologia de todo o cidadão, reforçar a unidade e a coesão internas do Partido. Aperfeiçoar o funcionamento da estrutura partidária para torná-la apta para continuar a batalha decisiva que se inicia agora em todas as frentes para aprofundar o carácter popular da nossa Revolução. Temos de aperfeiçoar o funcionamento da máquina do Partido para que cada militante seja em todo o momento, o detentor da verdade, o veículo mais responsável da informação verdadeira, do pensamento da Direcção e dos responsáveis, o mobilizador dos trabalhadores e das massas. Nunca o contrário! Não deve o militante do Partido ser permeável ao boato, à intriga, à calúnia, fomentados pela pequena-burguesia e pelos agentes do imperialismo para afastar a Direcção das bases e o Partido das Massas Populares. Aperfeiçoar o funcionamento do Partido é pois uma necessidade que se impõe para que ela exerça, como um só corpo, a direcção eficaz do Estado, das Organizações de Massas e de toda a Sociedade.

CAROS CAMARADAS

ILUSTRES CONVIDADOS

Quero agradecer, em nome de todos os Congressistas, as mensagens calorosas de saudações apresentadas pela OPA-Organização dos Pioneiros

Agostinho Neto, pela Juventude do Partido, pela Organização da Mulher Angola, (OMA), pela nossa Central Sindical, em nome de todos os trabalhadores, a UNTA e pelas Forças de Defesa e Segurança. Agradeço profundamente a prova de confiança que demonstraram ao apoiarem a decisão do Comité Central de 20 de Setembro de 1979, sobre a substituição do Presidente. Cumprirei o dever e a obrigação militante e desempenhar-me-ei de todas as tarefas como se de funções preferidas se tratasse, para o benefício do nosso Povo, para a vitória da causa do Socialismo.

Levantemos bem alto a bandeira do internacionalismo proletário para fortalecer a nossa amizade e cooperação com os nossos aliados naturais, os países socialistas e respectivos Partidos, o Movimento Operário Internacional e para brindarmos, a nossa solidariedade militante aos povos oprimidos e colonizados, em luta pela independência, pela liberdade política e pela justiça social.

Apliquemos com coerência o princípio da coexistência pacífica para a salvaguarda da paz e da segurança na nossa região e no Mundo, para a cooperação e o entendimento entre as Nações com sistema sociais diferentes.

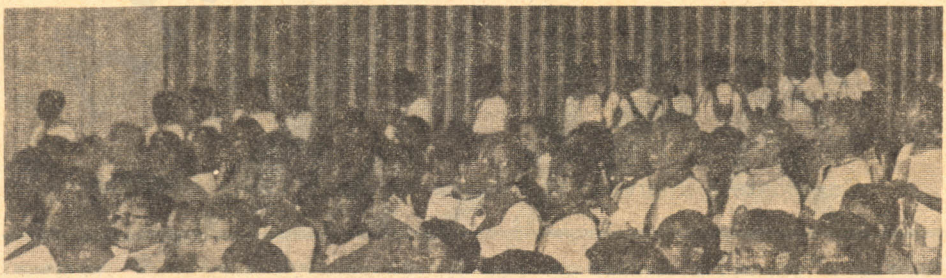
Termino, rendendo uma vibrante homenagem a todos os cidadãos que têm sabido defender a integridade da Pátria e as conquistas da Revolução para que Angola se afirme cada vez mais como trincheira firme da Revolução em África.

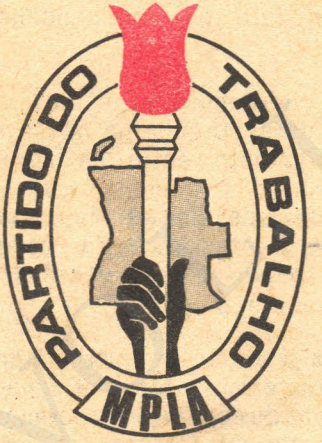
Agradeço a todos quantos se empenharam na preparação dos documentos, das condições materiais e técnicas e ao pessoal de apoio e demais cidadãos que contribuiram directa ou indirectamente para que, não obstante as grandes dificuldades que enfrentamos, realizássemos com êxito o nosso Congresso Extraordinário.

Fiéis ao Presidente Neto lutemos pela independência económica.

A LUTA CONTINUA!

A VITÓRIA É CERTA!





ARQUIVO ANGOLA

PREÇO
Kz. 5.00

Composto e impresso na Gráfica Popular U.E.E. — LUANDA

"CÉLULA"-EDIÇÃO MENSAL DO ORGAN DO COMITÉ CENTRAL